



Separar o lixo do joio

O ditado popular “longe da vista, longe do coração” aplica-se que nem uma luva à temática ambiental do lixo. Em geral, estabelecemos com o lixo que produzimos diariamente em grandes quantidades uma relação de repulsa que nos impele a ignorar ostensivamente o seu destino após nos desfazermos dele.

Simultaneamente, somos confrontados com atentados ambientais de enorme visibilidade causados pela falta de tratamento do lixo que produzimos e queremos ignorar à força.

Por outro lado, o problema do lixo é encarado pelas pessoas de uma forma próxima e possível de ser um alvo de acção individual, ao contrário de outros problemas ambientais em que se sentem sem capacidade para intervir devido à sua distância e complexidade.

O tema do lixo apresenta facetas contraditórias. Tóxico, ou fertilizante. Matéria-prima ou inutilidade. Criador de empregos desqualificados ou de profissionais com elevada preparação científica.

A defesa do ambiente e da qualidade de vida depende muito da recolha, tratamento e destino que é dado ao lixo que produzimos.

Em Portugal, só a partir de meados da década de 1990 é que se iniciou o encerramento de centenas de lixeiras a céu aberto, criando-se em sua substituição aterros sanitários e duas centrais de incineração. Foram ainda criados cerca de 38.000 ecopontos para a recolha selectiva de embalagens.

Já na primeira década do século XXI, foram instalados quinze sistemas de tratamento mecânico e biológico para complemento da recolha selectiva através de ciclos de aproveitamento completo (reciclagem, compostagem e biogás).

Para se atingirem as exigências europeias nesta matéria, será necessário duplicar a taxa de reciclagem até 50%, dado que actualmente apenas atingiu os 24%. É necessário aumentar a eficácia da separação e do sistema de recolha, envolvendo mais cidadãos nestas tarefas e objectivos.

Mas estas metas só serão alcançáveis com êxito se forem envolvidos directamente todos os cidadãos, instalando-se a nível doméstico conhecimentos, rotinas e dispositivos amigáveis e facilitadores que promovam e potenciem a separação, que penalizem quem não faz a separação do lixo e beneficiem e premeiem quem faz essa separação, de forma a aumentar a reciclagem.

A abordagem clássica tem insistido na educação e informação dos cidadãos para a alteração dos seus comportamentos com reflexos ambientais.

Porém, importa não ignorar a relevância do contexto social de envolvimento dos cidadãos, que se sobrepõe inúmeras vezes aos factores educativos e cognitivos.

Nas mudanças de comportamento o “efeito de contexto” sobrepõe-se ao “efeito de informação”.

Quando está em causa uma mudança de comportamento, a questão não se restringe apenas a mais informação e mais conhecimento.

Importa, por isso, apreciar os efeitos das relações sociais, das infra-estruturas materiais e dos contextos em que estão inseridos e que são constitutivos do desempenho das práticas sociais.

É necessário alterar a abordagem de certo modo “moralista” que classifica os comportamentos

como ambientalmente certos ou errados e procurar uma perspectiva mais prática e menos assente na culpabilização, partindo da ideia que os comportamentos se alteram ao longo do tempo histórico.

Esta performance das práticas sociais é abordada como fazendo parte da rotina que se considera normal como estilo de vida, pelo que a prática de utilizar o lixo em casa e de o deitar fora é quase um automatismo inconspícuo e repetitivo.

Nesta óptica, alterar determinadas práticas depende mais da sua transformação e desenvolvimento, do que propriamente em educar ou convencer os indivíduos a tomarem opções diferentes.

A falta de espaço e condições em casa representa uma deficiência de infra-estrutura das habitações, que é autónoma da vontade de cada indivíduo de separar ou não separar o lixo no seu espaço doméstico e privado.

Também a acessibilidade é um factor crucial nas práticas e na sua transformação, sendo ao nível das questões logísticas que as pessoas focam as principais razões que as conduzem à prática da separação do lixo.

As práticas de separação do lixo revelam a importância do aparecimento dos ecopontos acessíveis e das condições para o separar em casa, tendo esta componente material das práticas uma elevada capacidade de recrutamento de participantes.

A questão do ecoponto doméstico está intimamente articulada às condições da casa em si, ao seu espaço e desenho interior. Estudos de outros países com políticas de resíduos urbanos aplicadas há mais tempo concluem que o ecoponto doméstico é um elemento essencial para desencadear as práticas da separação do lixo.

O ecoponto doméstico é o verdadeiro detonador, do conjunto de mudanças relacionadas com a adesão à prática da separação do lixo no agregado familiar.

Em Portugal as políticas públicas de resíduos urbanos têm-se focado apenas nas infra-estruturas colectivas de recolha de lixo através da instalação de ecopontos públicos, mas ignorando a realidade da esfera doméstica e privada.

Esta atitude conduz a que o nível de sucesso do alcance das metas da separação dos resíduos urbanos fique dependente da opção voluntária de adesão de cada indivíduo à política nacional de separação do lixo.

Ter um ecoponto doméstico e condições para separar o lixo em casa é, em geral, visto como o primeiro passo das práticas da separação.

Neste contexto, à semelhança do que sucede com as exigências de bom desempenho energético, nos projectos de construção de edifícios deveria existir uma obrigação legal para inclusão de um pequeno espaço com mais de um metro quadrado destinado ao ecoponto doméstico.